



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Marcos
Pollon

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº , DE 2024

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requerer informações e abertura de processo fiscalizatório ao Tribunal de Contas da União, em virtude do repasse de R\$ 3,9 bilhões à concessionária CCR e da cobrança de pedágios na BR-163, considerando possíveis irregularidades na execução do contrato de concessão.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e na forma dos arts 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de fiscalização e informações em virtude do repasse de R\$ 3,9 bilhões à concessionária CCR e da cobrança de pedágios na BR-163, considerando possíveis irregularidades na execução do contrato de concessão e para tanto requeremos sejam respondidos os questionamentos abaixo e em virtude do alegado, seja aberto processo de fiscalização.

1. Quais foram as justificativas para esse valor de repasse, como ele foi executado e qual o impacto direto nas tarifas de pedágio para os usuários da BR-163? Quais são as contrapartidas exigidas pela União no contrato de concessão?
2. Quais os principais parâmetros exigidos no contrato de concessão que estão sendo monitorados para garantir a execução das obras e melhorias previstas? A concessionária tem cumprido com as suas obrigações contratuais, tanto em termos de obras quanto de serviços?





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 27/02/2025 12:14:57.617 - Mesa

SIT n.15/2025

3. Existe uma análise sobre a legalidade da cobrança de pedágios na BR-163, considerando os elevados valores e os serviços prestados pela concessionária? Qual é o valor médio arrecadado com os pedágios e qual a correspondência desse valor com a qualidade da infraestrutura oferecida?
4. Quais mecanismos de fiscalização estão sendo adotados para assegurar que os recursos públicos repassados à CCR estão sendo aplicados corretamente e que as obras realizadas correspondem às exigências contratuais?
5. Há uma avaliação do impacto econômico para a população que utiliza a rodovia, considerando o valor dos pedágios e a qualidade dos serviços prestados? Quais os efeitos dessa cobrança sobre o custo do transporte e sobre a população local?
6. O TCU tem acompanhado de forma eficaz a execução das obras de melhoria da rodovia, especialmente no que se refere ao cumprimento dos prazos e à qualidade das obras realizadas? Existem registros de atrasos ou falhas na execução?

JUSTIFICAÇÃO

No exercício de mandato de Deputado Federal, amparado pelo dever constitucional de fiscalizar os atos do Poder Executivo, venho a público solicitar a abertura de processo fiscalizatório e que sejam respondidos os questionamento acima para maior elucidação de caso a seguir relatado, com as devidas providência a serem tomadas por este Tribunal de Contas da União.

A BR-163 é um dos corredores logísticos mais importantes para o escoamento de produtos agrícolas e minerais no Brasil, especialmente no Centro-Oeste e Norte do país. Essa rodovia, que se estende por mais de 4.000 quilômetros, atravessa diversos estados e desempenha um papel fundamental na economia nacional. No





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 27/02/2025 12:14:57.617 - Mesa

SIT n.15/2025

entanto, a concessão à CCR e os repasses de recursos públicos para a manutenção e ampliação da rodovia têm sido motivo de sérias preocupações quanto à transparência e à efetiva qualidade dos serviços prestados à população. O montante de R\$ 3,9 bilhões repassado à concessionária¹ precisa ser amplamente fiscalizado, pois estamos falando de recursos públicos de grande vulto e de grande importância para a infraestrutura do país.

A cobrança de pedágios elevados em uma rodovia que enfrenta inúmeros problemas de manutenção, tráfego de veículos pesados e, por vezes, falta de segurança, exige uma análise rigorosa sobre a relação custo-benefício desses valores para os usuários. Os impactos dessa cobrança sobre a economia local e sobre a logística de empresas dependem diretamente da qualidade dos serviços oferecidos pela concessionária. Portanto, é fundamental que o Tribunal de Contas da União (TCU) seja chamado a fiscalizar e fornecer uma análise detalhada sobre esses recursos.

Os valores elevados pagos como pedágio na BR-163 são particularmente preocupantes, pois não correspondem, em muitos casos, à qualidade esperada pelos motoristas. Diversos trechos da rodovia ainda apresentam deficiências estruturais, com buracos, sinais de desgaste e falta de segurança, o que coloca em risco a integridade dos usuários. A falta de manutenção em certos pontos da estrada, somada à cobrança de pedágios altos, gera um descompasso entre o serviço prestado e o valor pago pelos motoristas. Além disso, muitos moradores das áreas circunvizinhas acabam pagando pedágio para utilizar a própria estrada, o que torna ainda mais sensível a questão.

Por outro lado, o montante de R\$ 3,9 bilhões repassado à CCR, conforme previsão contratual, exige um acompanhamento rigoroso sobre como esses

¹ <https://folhacg.com.br/geral/sindicalista-pede-a-suspensao-imediata-de-pedagio-da-br-163/>
<https://www.ojicare.com.br/2025/02/13/deputado-expoe-repasse-de-r-39-bi-a-ccr-e-federacao-pede-suspensao-de-pedagio-na-br-163/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

recursos estão sendo aplicados. Uma parte significativa desses valores deveria ser utilizada em obras de melhoria, como a duplicação de trechos importantes e a construção de vias marginais para garantir maior segurança. No entanto, há indícios de que a execução dessas obras não está sendo realizada de forma adequada, com atrasos em cronogramas e descumprimento de algumas das obrigações contratuais.

A concessão da BR-163 à CCR também deve ser acompanhada de perto para garantir que o valor do pedágio seja condizente com o que está sendo entregue. O preço do pedágio deve estar diretamente relacionado à qualidade das obras, serviços de segurança, e melhorias realizadas pela concessionária. Caso contrário, isso configura um problema de gestão pública e de responsabilidade da concessionária. Nesse sentido, o TCU deve ser solicitado a averiguar se o valor cobrado está em conformidade com o contrato de concessão e se o retorno esperado para o usuário está sendo cumprido.

Além disso, é importante destacar que a BR-163 é uma rodovia vital para o transporte de produtos da agricultura e da indústria, setores essenciais para o desenvolvimento econômico do Brasil. Sendo assim, qualquer falha na gestão da concessão e no uso dos recursos públicos pode ter um impacto negativo direto na economia do país, especialmente na logística de transporte e no aumento de custos para os produtores e consumidores. Portanto, a fiscalização rigorosa do contrato de concessão e a análise dos repasses são essenciais para evitar que esses recursos não sejam devidamente aplicados.

Outro ponto importante é a questão da transparência. O contrato de concessão da BR-163 envolve um grande montante de recursos públicos, o que exige total transparência na aplicação desses valores. O TCU, ao realizar sua fiscalização,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

deve analisar a transparência da CCR nas informações fornecidas à sociedade, garantindo que o uso dos recursos seja plenamente audível e compreensível, não deixando margem para dúvidas ou distorções nos gastos realizados.

Os impactos sociais da concessão também precisam ser considerados. O valor do pedágio não deve ser um obstáculo para o desenvolvimento regional e, especialmente, para as comunidades que dependem da rodovia para transporte de bens essenciais. Portanto, a aplicação dos recursos deve ser justa e equilibrada, levando em consideração as necessidades das populações locais, além de garantir a segurança e a integridade das pessoas que utilizam a estrada diariamente. A fiscalização do TCU pode ajudar a equilibrar essas questões, verificando se as populações locais estão sendo adequadamente atendidas e protegidas.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que a rodovia passa por várias regiões que ainda possuem grandes carências em termos de infraestrutura. A falta de melhorias adequadas e a cobrança de pedágios sem a devida contrapartida geram descontentamento entre os motoristas e a população em geral. Portanto, o acompanhamento do uso dos recursos e a análise da real situação da rodovia são imprescindíveis para garantir que a concessão seja vantajosa para todos os envolvidos, incluindo os usuários da estrada.

É importante ressaltar também que a CCR, como concessionária responsável pela manutenção e operação da rodovia, tem a obrigação de realizar as obras previstas de acordo com os prazos estipulados no contrato, mas também deve observar as condições de segurança e o impacto ambiental das obras. O não cumprimento dessas obrigações pode resultar em prejuízos não só para os usuários, mas também para a saúde pública e o meio ambiente.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 27/02/2025 12:14:57.617 - Mesa

SIT n.15/2025

O Tribunal de Contas da União possui um papel fundamental na fiscalização dos atos administrativos que envolvem recursos públicos e a concessão de serviços essenciais como o transporte rodoviário. No caso da BR-163, a fiscalização deve ser minuciosa e criteriosa, especialmente devido ao valor dos repasses e ao impacto social da rodovia. O TCU deve ser capaz de identificar eventuais falhas e irregularidades, além de sugerir melhorias para a gestão da concessão.

A concessão de rodovias é uma das formas que o governo utiliza para melhorar a infraestrutura do país, mas isso deve ser feito de maneira eficiente e transparente. A cobrança de pedágios e o repasse de grandes valores devem ser monitorados constantemente para garantir que o retorno para os cidadãos seja o esperado. O TCU tem a responsabilidade de fazer essa análise, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de forma adequada.

A necessidade de fiscalização do TCU é ainda mais urgente diante da recente situação de dificuldades financeiras enfrentadas por diversas partes do governo federal. O uso responsável dos recursos públicos é um imperativo, e a supervisão da concessão da BR-163 é essencial para assegurar que os valores alocados estejam sendo utilizados para melhorar a infraestrutura da rodovia e garantir condições adequadas para os motoristas e a população em geral.

Portanto, a fiscalização sobre o repasse de R\$ 3,9 bilhões à CCR e a cobrança de pedágios elevados deve ser um ponto de atenção do TCU. O órgão de controle tem a obrigação de garantir que a concessão da BR-163 esteja sendo conduzida de acordo com os princípios da legalidade, eficiência e transparência, assegurando que os recursos públicos sejam aplicados corretamente e que os serviços prestados à população atendam aos padrões esperados.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Por fim, a fiscalização do Tribunal de Contas da União sobre a concessão da BR-163 se justifica pela necessidade de garantir o bom uso dos recursos públicos, a transparência no processo de concessão e a qualidade dos serviços prestados à população. A sociedade brasileira e os usuários da rodovia merecem um acompanhamento rigoroso sobre como os recursos estão sendo empregados e se os serviços estão sendo prestados de maneira justa e adequada.

Ademais, as denúncias suscitam a necessidade de verificação minuciosa quanto ao cumprimento dos princípios da moralidade, legalidade, impessoalidade e eficiência no uso dos recursos públicos, conforme o artigo 37 da Constituição Federal, pois ao que quer parecer houve violação destes princípios em tese.

Sala das sessões, __ de fevereiro de 2025

MARCOS POLLON

PL/MS

